



VIOLÊNCIA

Adolescentes e responsáveis investigados por matar cão

“Orelha” foi encontrado agonizando em 15 de janeiro depois de ser agredido a pauladas e teve de ser sacrificado por conta da gravidade dos ferimentos. Polícia cumpriu mandados para recolher aparelhos eletrônicos dos suspeitos — dois estão nos EUA

» AMANDA S. FEITOZA
» CAETANO YAMAMOTO*

A Delegacia de Proteção Animal (DPA) e a Delegacia de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (Deacle) de Florianópolis cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão contra quatro adolescentes e de seus responsáveis legais, suspeitos das agressões que levaram ao cão conhecido como “Orelha” à eutanásia. O animal era cuidado pelos moradores de Praia Brava, na parte norte da capital catarinense, e tinha cerca de 10 anos. Os agentes foram às residências dos suspeitos, onde aparelhos celulares e outros dispositivos eletrônicos foram apreendidos para serem analisados.

Além das agressões que levaram “Orelha” à morte, também é investigado o crime de coação no curso do processo. Isso porque, segundo o delegado-geral da Polícia Civil, Ulisses Gabriel, um adulto teria coagido uma testemunha durante a apuração. Dois adolescentes que estariam envolvidos no crime estão nos Estados Unidos, mas voltam ao Brasil na próxima semana.

A polícia começou a investigar a morte de “Orelha” em 16 de janeiro. Desde a morte do cão, moradores, protetores independentes, organizações não-governamentais e institutos ligados à causa animal têm se mobilizado cobrando apuração e punição. No sábado, foi realizado um protesto em Praia Brava, no qual os participantes vestiam camisetas e seguravam cartazes com frases como “Justiça por Orelha” — a maior parte deles estava acompanhada de seus animais. O ato ganhou repercussão nas redes sociais, com a hashtag #JustiçaPorOrelha.

O governador Jorginho Mello (PL) publicou em suas redes sociais, no domingo, que tomou conhecimento do caso na sexta-feira e determinou investigação. “As provas já estão no processo e me emburham o estômago”, disse.

O deputado estadual Mário Motta (PSD), também por meio das redes sociais, defendeu até mesmo que seja erguida uma estátua em homenagem ao cão. Conforme publicou, é preciso ampliar a visibilidade do caso para garantir que casos assim não fiquem impunes.

Já a deputada federal Erika Hilton (PSol-SP) se colocou à disposição para ajudar no que for preciso. “Meu mandato está atento ao caso e às investigações. O maltrato contra animais é inaceitável”, disse. Outro deputado, Kim Kataguirí (União-SP), postou que “se fosse eu, não teria julgamento nem polícia”. A cantora Ana Castela e o ator Rafael Portugal também repudiaram a agressão. “Vai ter que ter justiça. Vamos deixar essa situação morrer, não. Eles (os agressores) precisam entender que existe consequência para isso”, cobrou Rafael.

Eutanásia

Mascote de Praia Brava, no dia 15 “Orelha” foi encontrado agonizando por uma moradora depois de receber pauladas na cabeça. O local tem três casinhas destinadas aos animais comunitários e o cachorro convivia, diariamente, com moradores e com outros animais. O animal foi levado a uma clínica veterinária, mas teve de ser sacrificado devido à gravidade dos ferimentos.

O criminalista Amaury Andrade

Reprodução do Instagram



“Orelha” era mantido pelos moradores de Praia Brava, que dispõe de abrigos públicos para animais de rua

explicou que maltratar ou abusar de um animal é crime com pena de detenção de três meses a um ano e multa, de acordo com a Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais). Com a Lei 14.064/20 (a chamada Lei Sansão), a pena aumentou de dois a cinco anos, multa e proibição de guarda de animais.

Andrade ressalta que quando os suspeitos são menores de idade, eles não são julgados na Justiça comum pelo Código Penal. “A

autoridade judiciária pode aplicar medidas socioeducativas, que vão desde advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, até internação em estabelecimento educacional, dependendo da gravidade, da idade e das circunstâncias do caso”, explicou.

A criminalista Alexandra Menezes disse que a legislação protege “Orelha” por ser um ser senciente — ou seja, capaz de

sentir dor e sofrimento, independentemente de ter tutor. “A lei visa coibir a crueldade e o abuso, e a proteção se estende a todos os animais domésticos, incluindo os comunitários, que são aqueles cuidados pela vizinhança”, explicou.

Menezes cita algumas condutas que encaixam como maus-tratos, como violência física direta, abandono do animal e negligência com necessidades básicas.

» Congonhas tira licenças da Vale

Após o transbordamento de água em duas minas da Vale na madrugada de domingo, a Prefeitura de Congonhas, na Região Central do estado, anunciou a suspensão dos alvarás de funcionamento da empresa no município. O episódio ocorreu nas minas de Fábrica e Viga. Cerca de 200 trabalhadores foram evacuados, mas não houve vítimas. Por meio de ofício, no qual comunicou a suspensão dos alvarás, a o Poder Executivo municipal afirmou que os extravasamentos “resultaram no carreamento significativo de água e sedimentos para cursos d’água do município”. Tal informação desmente a Vale, que, ontem, havia assegurado que não houve liberação de rejeitos para os cursos d’água da região. A prefeitura também determinou a adoção de uma série de medidas emergenciais imediatas de controle, monitoramento e mitigação ambiental — “a continuidade das atividades, nas condições atualmente verificadas, mostra-se incompatível com os princípios da precaução e da prevenção”, observa o poder público. Entre as medidas exigidas pela prefeitura, está, entre outras, a implantação de pontos de monitoramento contínuo de turbidez e nível da água. O ofício da prefeitura pontua que as medidas têm natureza de prevenção.

SAÚDE PÚBLICA

Anvisa avalia regular cannabis medicinal

» RAFAELA BOMFIM*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária avalia, na reunião colegiada de amanhã, uma proposta de regulamentação da produção de cannabis medicinal no Brasil, conforme foi determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo o diretor da Anvisa Thiago Lopes Cardoso Campos, relator da matéria, a ideia é criar parâmetros para o produto em função da demanda, cada vez maior, por parte de pacientes que utilizam a substância para o controle de doenças crônicas — e assim obter qualidade de vida.

A proposta reúne três resoluções da diretoria colegiada, voltadas à produção, à pesquisa científica e às associações de pacientes. A regulamentação da produção autoriza o cultivo exclusivamente para fins medicinais e farmacêuticos, restrito a pessoas jurídicas, com exigência de inspeção sanitária prévia, rastreabilidade, controle de segurança, georreferenciamento das áreas, registro fotográfico e vinculação da quantidade cultivada à transformação farmacêutica.

Além disso, o teor de THC (tetrahidrocannabinol, princípio ativo da cannabis) deverá ser igual ou inferior a 0,3%, padrão que terá de ser comprovado desde o registro junto ao Ministério da Agricultura até a análise laboratorial de cada lote produzido. Segundo a Anvisa, caso a proposta seja aprovada, o transporte das

espécies ficará limitado a detentores de autorização especial, sob controle da Polícia Rodoviária Federal. Em caso de irregularidades sanitárias, a autorização poderá ser revogada e a produção destruída.

A cannabis medicinal vem sendo aplicada como um tratamento para várias doenças de origem neurológica. Serve para o alívio de dores crônicas, como neuropatias, fibromialgia e artrite (ajuda a reduzir a inflamação e a percepção da dor) e dores oncológicas (auxilia pacientes com câncer que não respondem bem a opioides). Também pode ser ministrado no controle de convulsões, uma vez que o canabidiol é amplamente reconhecido por reduzir drasticamente a frequência de crises em formas graves de epilepsia refratária — como as síndromes de Dravet e Lennox-Gastaut, especialmente em crianças.

A substância é recomendada também para a esclerose múltipla, pois ajuda a reduzir a rigidez muscular e os espasmos. Além disso, mostra-se eficiente contra o Mal de Parkinson (auxilia no controle de tremores e na melhora do sono) e, em relação ao Alzheimer, estudos indicam melhora na agitação e sintomas comportamentais.

Pode ser aplicada também contra a ansiedade e insônia, uma vez que o canabidiol tem propriedades calmantes que ajudam a regular o ciclo do sono. Outra ação é contra o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), uma vez

Instagram pessoal



Suplicy usa e defende a regulamentação da cannabis medicinal

que auxilia na redução de pesadelos e crises de pânico.

Caso a resolução seja aprovada, haverá um prazo de seis meses para início da vigência e de 12 meses para adequação da produção.

Entre as pessoas públicas que fazem uso da cannabis medicinal estão o vereador paulistano Eduardo Suplicy (contra sintomas da Doença de Parkinson), o ator

Selton Mello (declarou em entrevistas que substituiu medicamentos alopatícos pelo óleo de canabidiol para tratar ansiedade e insônia) e o surfista Pedro Scooby (usar óleo de canabidiol para melhorar a qualidade do sono e a recuperação física após treinos intensos).

*Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi

SOCIEDADE

Brasil ainda é onde mais se mata transexuais

» DANANDRA ROCHA

Apesar da diminuição no número de assassinatos, o Brasil segue como o país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo. Em 2025, foram registrados 80 homicídios, segundo a nona edição do dossiê *Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras*, divulgado, ontem, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

O total representa uma redução de cerca de 34% em relação a 2024, quando 122 crimes foram contabilizados. Ainda assim, o país permanece no topo do ranking internacional há quase 18 anos, evidenciando, segundo a entidade, a persistência de um ambiente estrutural de violência e exclusão.

“Mesmo diante da redução no número de assassinatos registrados, o aumento das tentativas de homicídio revela que a violência contra pessoas trans segue intensa, cotidiana e com intenção letal. O que muda não é o ódio, mas o desfecho”, afirmou a presidente da Antra, Bruna Benevides, ao **Correio**.

“Esse aparente paradoxo indica que as pessoas continuam sendo atacadas com extrema

brutalidade, muitas vezes sobrevivendo por circunstâncias aleatórias, atendimento de emergência ou intervenção de terceiros, e não porque o contexto seja mais seguro”, acrescentou.

O levantamento foi produzido a partir do monitoramento diário de notícias, denúncias feitas a organizações trans e registros públicos. Em 2025, Minas Gerais e Ceará lideraram o número de assassinatos, com oito casos cada. A Região Nordeste concentrou a maior parte das ocorrências, somando 38 mortes, seguida pelo Sudeste (17), Centro-Oeste (12), Norte (sete) e Sul (seis). No recorte histórico entre 2017 e 2025, São Paulo aparece como o estado mais letal (155 registros).

O perfil das vítimas se mantém: a maioria é formada por travestis e mulheres trans, jovens entre 18 e 35 anos, majoritariamente negras e pardas. O dossiê também chama atenção para o aumento das tentativas de homicídio, indicando que a redução nos assassinatos não corresponde, necessariamente, a uma diminuição efetiva da violência.

Segundo Bruna Benevides, o dado “expõe com clareza a real dimensão da violência transfóbica no Brasil e desmonta a ideia de melhora do cenário”. Para ela, o levantamento aponta a permanência de “um ambiente social hostil, marcado pela impunidade, pela subnotificação e pela ausência de políticas preventivas”.

“Menos mortes não significam menos violência. Significam, muitas vezes, mais tentativas, mais trauma e mais pessoas vivendo sob risco permanente”, adverte.